



Ficha de unidade curricular

Curso de licenciatura em Direito

Unidade curricular

Ciência Política, 2.º ano TB (opcional)

Ano letivo 2026/2027

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Vitalino José Ferreira Prova Canas, turma A noite, 2horas

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

A definir

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Tratando-se de disciplina do primeiro ciclo e do primeiro contacto dos alunos com a Ciência Política, haverá a preocupação de garantir, antes do mais, a assimilação dos conceitos, métodos e temas básicos da disciplina.

Assim, visa-se assegurar que os alunos fiquem em condições de:

- Compreender a diferença do ponto de vista ontológico, epistemológico e metodológico entre a Ciência Política e outras ciências, designadamente a Ciência do Direito e, dentro deste campo, a Ciência do Direito Constitucional.
- Conhecer os pilares estruturais fundamentais e os quadros normativos de qualquer sistema político, quer do ponto de vista estático (institucional, normativo), quer do ponto de vista dinâmico (relacional, comportamental).
- Dominar as distinções básicas em relação aos sistemas de governo modernos, aos sistemas de partidos e aos sistemas eleitorais.
- Estudar os principais sistemas de governo, dando particular relevo ao sistema de governo português.
- Analisar criticamente os desafios que atualmente se colocam aos sistemas democráticos e detetar as suas fragilidades e condições de evolução, com a novidade da transição digital a colocar em questão os principais pilares da democracia.

Conteúdos programáticos

CAPÍTULO I

OBJECTO, MÉTODO, ÂMBITO E FINALIDADES DA CIÊNCIA POLÍTICA

1. A política e o poder político como incontornáveis objetos de estudo
2. A Ciência Política no confronto com outras Ciências
3. Formação e desenvolvimento da Ciência Política
 - 3.1. A época clássica do pensamento normativo sobre a política
 - 3.2. A aproximação institucional ao fenómeno político
 - 3.3. Superação do paradigma normativista e institucional
 - 3.4. A revolução «behavioralista» (comportamentista)
 - 3.5. A «revolução» das escolhas racionais

3.5.1. Reacção ao radicalismo comportamentista e econométrico

4. Parâmetros de estudo da política

- 4.1. O objeto da Ciência Política
- 4.2. Finalidades da Ciência Política
- 4.3. Método da Ciência Política
- 4.4. A imprescindibilidade de uma base teórico-política
- 4.5. A irrupção dos valores na esfera da Ciência

CAPÍTULO II

AS FORMAS POLÍTICAS

5. Os Conceitos

- 5.1. Tipo histórico de Estado
- 5.2. Forma de estado
- 5.3. Regime político constitucional
- 5.4. Sistema constitucional de governo
- 5.5. Forma de governo
- 5.6. Sistema político e seus subsistemas
 - 5.6.1. (Sub)sistema de governo
 - 5.6.2. (Sub)sistemas de partidos e eleitoral

5.7. Razão de ordem

6. Legitimidade

7. Participação política

- 7.1. Formas de participação política em geral
- 7.2. Participação formal direta na decisão política
- 7.3. Participação formal indireta na decisão política

8. O pluralismo político

9. Ideologia

10. Proliferação dos centros de poder e dos protagonistas políticos inorgânicos

11. Classificação das formas de governo

Sub Capítulo II

Sistema político

Seção I

SISTEMAS DE GOVERNO MODERNOS (EM GERAL)

12. Aspetos fundamentais da classificação dos sistemas de governo

12.1. Concentração ou divisão do poder

12.1.1. O debate teórico

12.1.2. A renovada atualidade da divisão de poderes

12.2. Análise estática

12.2.1. As funções

12.2.2. Quantos e quais os órgãos que partilham o poder político?

12.3. Análise dinâmica ou relacional

12.3.1. Constituição do órgão

12.3.2. Funcionamento corrente

12.3.3. Cessação ou interrupção de funções de titulares de órgãos ou cargos

12.4. Tipos de relações fundamentais entre órgãos

Seção II

Os sistemas de governo em particular

13. Sistema parlamentar

- 13.1. Características comuns e tipos
- 13.2. Sistema parlamentar de gabinete
- 13.3. Sistema parlamentar de assembleia
- 13.4. Sistema parlamentar racionalizado
- 13.5. Modalidades híbridas
- 13.6. Dinâmicas dos sistemas parlamentares
- 13.7. Em particular o sistema parlamentar de gabinete no Reino Unido

14. Sistema presidencial

15. Sistema semipresidencial

- 15.1. Antecedentes históricos e formação do sistema semipresidencial
- 15.2. A construção científica do conceito de sistema de governo semipresidencial
como triunfo da “intuição científica”
- 15.3. A necessidade da superação da imprecisão conceptual
- 15.4. Caracterização estrutural do sistema semipresidencial
 - 30.4.1. Princípio estrutural básico
 - 30.4.2. A distribuição de poderes do sistema semipresidencial
 - 30.4.3. Legitimidade democrática equivalente dos três órgãos do tríptico semipresidencial
 - 30.4.4. Síntese e aplicação aos exemplos de Duverger
- 15.5. Funcionamento do sistema semipresidencial
- 15.6. Matrizes dos sistemas semipresidenciais
- 15.7. A escolha semipresidencial
- 15.8. Por que falham os sistemas semipresidenciais?
- 15.9. O sistema semipresidencial português
 - 15.9.1. Visão geral
 - 15.9.2. A década 2011-2021

15.9.2.1. XIX Governo (2011-2015)

15.9.2.2. XXI e XXII Governos (2015-2022)

- 16. O sistema diretorial: características gerais do sistema directorial
- 17. Referência breve a outros sistemas de governo
- 18. Sistemas sem separação de poderes

CAPÍTULO III

SISTEMAS DE PARTIDOS

- 19. Os partidos políticos
 - 19.1. Introdução
 - 19.2. As origens dos partidos políticos
 - 19.3. O que distingue os partidos políticos de outras organizações de vocação política e social, nomeadamente os grupos de interesse e os movimentos sociais organizados?
 - 19.4. As classificações e tipologias dos partidos políticos
 - 19.5. A posição “espacial” (a geografia política) dos partidos políticos
 - 19.6. A organização interna dos partidos políticos
 - 19.7. As funções dos partidos políticos
 - 19.8. A origem social dos militantes e dos dirigentes -superiores e intermédios- e o seu recrutamento ou escolha, bem como dos candidatos a cargos políticos
 - 19.9. O financiamento dos partidos políticos (o impacto do financiamento crescentemente público)
 - 19.10. Os sistemas de partidos
 - 19.10.1. Perspectiva estática
 - 19.10.1.1. As classificações clássicas dos sistemas partidários
 - 19.10.1.2. Classificação adotada
 - 19.10.2. Perspectiva dinâmica
 - 19.11. A tese do congelamento do sistema de partidos e o caso português

19.12. Erosão partidária e da democracia

19.12.1. Erosão partidária

19.12.2. Erosão da democracia representativa partidária

19.12.3. Democracia sem partidos?

CAPÍTULO IV

O POPULISMO MODERNO

20. O fenómeno do populismo moderno

20.1. A formação do populismo

20.2. Populismo: caracterização preliminar

20.3. Diferentes faces do populismo

20.4. Populismo ocasional ou esporádico e populismo sistemático ou persistente

20.5. Os campos férteis para o populismo

20.6. Conclusão

CAPÍTULO V

OS SISTEMAS ELEITORAIS

21. Sistemas eleitorais

22. 1. As dimensões e as repercussões dos sistemas eleitorais

22.2. Princípio de representação

22.3. Eleição de titulares de um único ou, simultaneamente, de vários órgãos políticos

22.4. O objeto do voto

22.5. De quantos votos o eleitor dispõe e como os pode usar, em função do tipo de lista

22.6. Configuração, dimensão, número e níveis das circunscrições eleitorais

22.7. *Apparentement*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

22.8. Cláusula barreira

22.9. Regime do exercício do voto

22.10. Método de conversão dos votos dos eleitores em mandatos (fórmula eleitoral)

22.10.1. Sistemas de representação maioritária

22.10.2. Sistemas de representação proporcional

22.10.3. Vantagens e desvantagens dos sistemas mais usados

23. A relação entre sistema eleitoral e sistema de partidos

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos foram escolhidos numa perspetiva de formação básica e domínio dos quadros, padrões e conceitos de Ciência Política, a serem lecionados sumariamente num conjunto reduzido de aulas teóricas.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Haverá a repartição de matérias entre aulas teóricas e aulas práticas.

As aulas teóricas estão a cargo do regente da UC, assentando na apresentação dos temas numa perspetiva sistemática e coerente com uma visão global do fenómeno político. As matérias do capítulo I serão versadas apenas nas aulas teóricas.

As aulas práticas incidirão essencialmente sobre as demais temáticas, particularmente os sistemas de governo, de partidos e eleitorais e visam estimular a intervenção dos alunos e o debate generalizado com vista a consolidar a compreensão das matérias e a permitir a avaliação dos alunos.

A avaliação obedece aos seguintes parâmetros:

Método A:

- Avaliação contínua realizada em aula prática, resultante de participação espontânea dos alunos ou de resposta a questões direcionadas geral ou individualmente pelo docente sobre temas do programa, eventualmente com base em textos ou trechos de textos científicos. Poderá haver a solicitação de comentários escritos sobre temáticas específicas. Esta componente da avaliação em método A contribuirá em 50% para a nota final neste método.

- Teste escrito obrigatório, valendo 50% da nota em método A.

A aprovação da disciplina verifica-se com a obtenção da nota de 10 valores, formada pela combinação das componentes anteriormente referidas.

Método B:

De acordo com as regras do Regulamento de Avaliação.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

As metodologias de ensino visam a transmissão de conhecimentos básicos da disciplina, gerando a capacidade de os alunos estabelecerem interconexões com outras disciplinas do programa curricular e de adquirirem uma formação universalista que lhes venha a permitir um melhor desempenho de profissões jurídicas.

Bibliografia



Principal

Canas, Vitalino – *Ciência Política*, Almedina, Coimbra, 2022.

Canas, Vitalino – *Presidentes governantes*, gen / Saraiva, São Paulo, 2025.

Canas, Vitalino - “O estado das democracias: o que dizem 55 eleições em 37 países e na União Europeia?”, *Polis*, n.º 9 , II série (Janeiro / Junho 2024), pp. 9-24. Acessível em:

[file:///C:/Users/User/Downloads/A_01_VitalinoCanas_Online%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/A_01_VitalinoCanas_Online%20(1).pdf)

Código de campo alterado

Complementar

Morais, Carlos Blanco de – *O sistema político no contexto da erosão da democracia representativa*, Almedina, Coimbra, 2017.

Novais, Jorge Reis – *Teoria das Formas Políticas e dos Sistemas de Governo*, 2.ª ed., AAFDL, Lisboa, 2019.

Curricular unit sheet

Course _____

Curricular unit

(maximun 1000 characters)

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

(maximun 100 characters)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

(maximun 1000 characters)

Learning outcomes of the curricular unit

(maximun 1000 characters)

Syllabus

(maximun 1000 characters) Insolvency Law

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

(maximun 1000 characters)

Teaching methodologies (including evaluation)

(maximun 1000 characters)

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

(maximun 3000 characters)

Main Bibliography

(maximun 1000 characters)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.